

QUESTÕES DE EPISTEMOLOGIA E ESTÉTICA NA FILOSOFIA DAS ARTES MARCIAIS*

EPISTEMOLOGICAL AND AESTHETIC ISSUES WITHIN THE PHILOSOPHY OF MARTIAL ARTS

Leonardo G. S. Videira

<https://orcid.org/0000-0001-7176-5658>

leonardo.soutello@gmail.com

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil.

Alexandre Meyer Luz

<https://orcid.org/0009-0001-0435-1102>

alexmeyerluz@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, Brasil.

RESUMO *Neste artigo, o leitor irá encontrar uma abordagem introdutória e não exaustiva de questões de Epistemologia e de Estética que são instanciadas no contexto das Artes Marciais, de modo que um não filósofo também consiga acompanhar as discussões, mas com uma profundidade suficiente para que um filósofo se interesse por elas. O leitor também encontrará algumas sugestões sobre como poderíamos lidar com algumas dessas questões presentes no contexto*

* Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento do processo nº 2024/17015-5. Artigo submetido em: 16/09/2025. Aprovado em: 18/05/2026.

das Artes Marciais, usando teorias já bem conhecidas na Filosofia ou versões híbridas delas. Mais especificamente, em Epistemologia, tratamos da relação entre saber-que e saber-fazer nas práticas marciais, da relação dos vícios e das virtudes epistêmicas na estrutura epistêmica das comunidades marciais e como poderíamos aliar o ensino do falsificacionismo e de virtudes epistêmicas para combater os vícios nessas estruturas. Em Estética, por sua vez, tratamos do problema de apontar onde reside a beleza na prática das Artes Marciais, passando por posições como o formalismo, o funcionalismo e o relativismo, um problema metafísico sobre o lugar dos kata nas Artes Marciais — relacionado à possibilidade de que os kata sejam práticas que podem ser classificadas como arte proprioceptiva.

Palavras-chave: *Artes Marciais. Epistemologia das virtudes. Epistemologia social. Beleza. Arte Proprioceptiva.*

ABSTRACT *In this article, the reader will find an introductory and non-exhaustive approach to epistemological and aesthetic issues instantiated within the context of Martial Arts, in a way that a non-philosopher could follow the discussion, but with enough depth to interest a trained philosopher. The reader will also find suggestions on how to address some of these issues instantiated in Martial Arts using well-known philosophical theories or hybrid versions of them. More specifically, in Epistemology, we examine the relationships between knowing-that and knowing-how in martial practices, the connection between epistemic vices and virtues within the epistemic structure of martial communities, and how we can combine the teaching of falsificationism and epistemic virtues to combat vices within these structures. In Aesthetics, in turn, we deal with the problem of pointing out where the beauty lies in the practice of Martial Arts, touching on positions such as formalism, functionalism, and relativism, a metaphysical problem about the place of kata within the Martial Arts, relating it to the possibility that kata are practices that can be classified as Proprioceptive Arts.*

Keywords: *Martial Arts. Virtue epistemology. Social epistemology. Beauty. Proprioceptive Art.*

Introdução

A Filosofia das Artes Marciais é uma subdivisão dos estudos em Filosofia que comumente é associada à Ética e tem como questões mais proeminentes

aquelas relacionadas aos códigos de ética (centenários ou recentes) e à conduta do artista marcial. Porém, há também questões epistemológicas e estéticas que saltam menos aos olhos de quem pratica ou assiste a alguma Arte Marcial, mas que são relevantes e merecem ser trabalhadas. Neste artigo, pretendemos explorar algumas dessas questões de maneira introdutória o suficiente para que pessoas que não têm formação em Filosofia consigam acompanhar, mas com uma profundidade razoável a ponto de que filósofos treinados entendam quão interessantes são essas questões. Contudo, não pretendemos aqui nos aprofundar de maneira exaustiva nem dar como encerradas as discussões levantadas. Pelo contrário, a intenção deste artigo é apresentar os debates, a fim de que mais pessoas pesquisem esses assuntos e a Filosofia das Artes Marciais se estabeleça como uma área de pesquisa perene no Brasil, assim como já é em países como Portugal, Espanha e Japão.

Na primeira seção, apresentamos uma concatenação entre questões de conhecimento corporificado, epistemologia das virtudes e epistemologia social. Os temas tratados são: a relação entre saber-que e saber-fazer, isto é, a corporificação do conhecimento proposicional; a apresentação da relação dos vícios e das virtudes epistêmicas na estrutura epistêmica das comunidades marciais; por fim, apresentamos uma sugestão de como elaborar um protocolo baseado em virtudes epistêmicas e no falsificacionismo popperiano para evitar abusos nessa estrutura.

Os temas de estética serão tratados na seção seguinte. Serão eles: o problema de apontar onde reside a beleza na prática das Artes Marciais, passando por um debate entre as posições formalista, funcionalista e relativista aventando uma posição híbrida para as Artes Marciais; por fim, passamos por um problema metafísico sobre o lugar dos *kata* nas Artes Marciais para que possamos discutir a possibilidade de que parte das Artes Marciais, a saber, os *kata*, seja prática que se classificaria como Arte Proprioceptiva.

Epistemologia e Artes Marciais

Epistemologia é a área da Filosofia que tradicionalmente trabalha com questões relativas ao conhecimento e noções associadas a ele, por exemplo, opinião, crença, verdade, certeza, sabedoria, explicação e entendimento. É a área que lida com questões como “o que quer dizer saber algo?”, “por que deveria acreditar em tal afirmação?” e “o que é a certeza?”. Hoje, é comum entre epistemólogos a crença de que a Epistemologia, assim como a Ética, se preocupa com aspectos do que é apropriado, todavia ela dirige sua atenção para o que é apropriado *crer*.

Um dos objetivos principais da Epistemologia é oferecer uma visão mais clara sobre o que significa “saber algo”. Uma primeira observação sobre os sentidos das atribuições de conhecimento (atribuições como “Fulana sabe *x*”) nos permite apontar uma distinção básica entre saber-que (*know that*) e saber-como (*know how*). Essa distinção é particularmente relevante para as Artes Marciais, pois há quem pense que o tipo de conhecimento envolvido em atividades físicas como as Artes Marciais são casos de saber-fazer, que tem a ver apenas com *habilidades*, que são objeto do saber-como; e não tem a ver com *conteúdos proposicionais*, isto é, conteúdos dos nossos pensamentos — grosseiramente falando —, que são objetos do saber-que. Isso ainda é assunto de debate, mas podemos considerar que há uma intersecção entre ambos os tipos de conhecimento, no que concerne a habilidades esportivas e marciais¹. Um praticante de Jiu-jitsu pode saber romper os ligamentos colaterais de um cotovelo com uma técnica de Jiu-jitsu, embora não saiba explicar como fazê-la nem o porquê de tal técnica resultar em uma grave lesão de cotovelo, evidenciando um saber-fazer; ao passo que um professor de Jiu-jitsu formado em educação física poderia lhe passar esse conhecimento por meio de uma detalhada descrição dos movimentos que você precisa realizar e uma detalhada explicação da biomecânica da torção, evidenciando um saber-que. Não obstante, para os fins da nossa exposição, consideraremos apenas atitudes proposicionais, tais quais crenças, opiniões e declarações de conhecimento. Todas essas classes se relacionam com o *saber-que*, por exemplo:

- *Eu sei (acredito/acho) que é possível matar uma pessoa com apenas um soco.*
- *Eu acredito (sei/acho) que cair de uma determinada altura primeiro com a parte superior das costas, seguida da lombar, seguida dos glúteos e, por último, das pernas, causa menos dano do que cair com as costas chapadas de uma vez.*
- *Eu acredito (sei/acho) que é estrategicamente melhor deixar um pé dentro da guarda do oponente ao realizar um *arm drag* a partir da guarda borboleta do que tirar ambos os pés.*
- *Eu sei (acredito/acho) que as técnicas do Krav Maga são muito letais para serem usadas de maneira ética em competições de MMA.*
- *Eu acho (acredito/sei) que quando ambos os lutadores estão muito feridos (sangrando, com ossos quebrados) não deveria haver um vencedor na disputa.*

A partir de declarações como essas, é possível derivar várias questões epistemológicas. Podemos perguntar sobre as relações entre saber-como e saber-que para cada uma dessas declarações. Por exemplo, um aluno precisa pensar *que* se deve segurar o tríceps do adversário em um *arm drag* ou ele

1 Para uma explicação do debate e uma argumentação em favor da redução de conhecimentos do tipo saber-como a conhecimentos do tipo saber-que usando casos de esportes como referências, veja Birch (2016).

precisa apenas ser capaz de realizar um *arm drag* depois de ter visto um para dizer que ele sabe a técnica? Quanto tempo do treino deve ser dedicado para se declarar que um *arm drag* se faz assim ou assado? Quanto tempo deve ser dedicado à observação da aplicação de um *arm drag* e à repetição dos movimentos envolvidos?

Podemos, também, *disputar* sobre a qualidade de cada uma das declarações anteriores. Tome a declaração de que uma técnica tem de ser aplicada de um certo modo (por exemplo, que “sabemos que é errado cruzar os pés durante a aplicação de uma chave de braço”). Essa declaração, tomada como regra geral, poderia ser desafiada por evidências muito fortes que contam *contra* a declaração, *e.g.*, um campeão mundial de Jiu-jitsu que vence lutas aplicando chaves de braço nas quais ele cruza os pés (não cruzar os pés ao aplicar tal golpe é uma instrução tipicamente dada aos iniciantes). Diante de tal evidência contrária relevante, deveríamos rever nossa atitude acerca de tal declaração. Por exemplo, deveríamos considerar que ela não deveria ser tomada como um caso de regra geral, mas como um caso de sugestão para iniciantes, por exemplo, uma sugestão útil para *a maioria* dos casos. Assim, podemos migrar de uma posição epistemicamente mais forte (“*sabemos que* está errado cruzar os pés...””) para uma que preserva o valor da instrução, mas diminui a confiança em relação a ela, tal como “é uma *boa opinião* a de que não devemos cruzar os pés” (é uma “boa opinião”, na medida em que é eficiente para muitos casos, mas não a ponto de ter que ser seguida como regra geral).

Uma noção importante na epistemologia contemporânea que está associada a atitudes intelectuais como as exemplificadas é a noção de *vício epistêmico* (ou *vício intelectual*). Sabemos razoavelmente bem como reconhecer quais são os vícios morais de duas maneiras, a saber, em um sentido mais amplo, como *valores*, por exemplo, avareza, soberba, egoísmo etc., e, em um sentido mais restrito, como *comportamentos*, por exemplo, o alcoolismo, roer unhas etc., mas eles podem se mostrar difíceis de se definir se fizermos uma análise mais aprofundada. Isso pode ser atestado pelo número de obras filosóficas que discutem as definições de vícios e virtudes (o oposto de vício).

Podemos definir *vício*, então, de maneira genérica, como falha ou defeito de caráter; ou de maneira um pouco mais profunda como hábito (ou comportamento frequente) que atenta contra nosso bem-estar próprio ou de terceiros. De maneira análoga, podemos definir *vícios epistêmicos*, de maneira genérica, como falha ou defeito da capacidade de adquirir conhecimento, ou, como prefere Gillian Russell (2010), da capacidade de formar crenças; ou de maneira um pouco mais profunda, como hábito (ou comportamento frequente) que impede a aquisição de conhecimento (ou formação de crença,

caso prefira seguir a definição Russelliana)². Como exemplos de vícios epistêmicos como valores, em sentido mais amplo, podemos citar: inocência (*gullibility*), ter a cabeça fechada (*close-mindedness*), soberba epistêmica etc.; já como comportamentos, em sentido restrito, veremos exemplos mais adiante, direcionando nossa análise para o caso das Artes Marciais. Essas noções são úteis para a avaliação de muitos eventos comuns aos ambientes de luta.

Não é raro no mundo das Artes Marciais vermos pessoas defendendo crenças demasiadamente implausíveis, por exemplo, “é possível desmaiar ou até matar um oponente apertando apenas um ponto específico de seu pescoço”, “monges tibetanos realizam feitos sobre-humanos, como aguentar uma série de chutes nas genitais sem cair”, ou “se eu usar uma determinada técnica eu posso desarmar um oponente que tem uma pistola apontada para minha cabeça e reverter a situação”. Muitas vezes, essas declarações são feitas não apenas com o estatuto de opinião, mas em tom de certeza. Exibir confiança em relação a uma declaração pode ser útil em muitos casos, por exemplo, o tom de confiança que um faixa preta exhibe ao dizer que “não se deve cruzar os pés ao se aplicar uma chave de braço” pode ser útil para os iniciantes, dirigindo sua atenção *naquele momento* para a forma mais tradicional — e muito eficiente — de aplicação da chave de braço. Todavia, demonstrar confiança é diferente de ter certeza.

Certeza, grosseiramente falando, implica tomar uma declaração como sendo verdadeira e assumir que ela não pode ser falsa, em nenhuma hipótese razoável. Esse tipo de certeza *evidencial* deveria se dar apenas nos casos em que as evidências permitem tal tipo de consideração. Esses casos, porém, são tidos como raros ou inexistentes. A evidência de que chaves de braço funcionam melhor, para casos “comuns”, quando os pés não são cruzados, alimenta racionalmente a crença de que esse é o melhor jeito para casos “comuns”. Não alimenta, porém, a conclusão mais forte de que esse é o caso para *todas* as aplicações dessa técnica.

Considere, nesse sentido, o tipo de evidência que muitas vezes é usado para sustentar crenças “não lastreadas” sobre a eficiência marcial de técnicas pouco ou nada testadas: “eu vi um vídeo em que um mestre realiza tal ação”, “meu mestre (ou outro suposto especialista) relatou a verdade de tal e tal feito”, “há relatos em tais e tais livros antigos de que tal e tal crença é verdadeira”. Afinal, não é raro encontrar pela internet vídeos de autointitulados “mestres”

2 Essa definição pode ser considerada equivalente à de Cassam (2018): “Os vícios epistêmicos são definidos como traços de caráter, atitudes ou estilos de pensamento que sistematicamente obstruem a aquisição, manutenção ou difusão do conhecimento.”

em que eles derrotam simultaneamente múltiplos adversários mais rápidos e mais fortes apenas com toques precisos em pontos específicos, ou mestres desarmando oponentes com armas de fogo apontadas para suas frentes etc. O espectador que geralmente não está familiarizado com o complexo conjunto de variáveis envolvido em tais ações acredita na legitimidade da cena sem questionar. Afinal, é um mestre realizando tal feito — e ser um “mestre” é um indicador de expertise, um indicador de que *prima facie* deveríamos crer no que o experto nos diz. Em casos mais problemáticos, o aluno participa da cena e realmente acredita que está sendo desarmado ou vencido por uma técnica demasiado complexa que sua pobre mente de neófito não é capaz de compreender, ou por uma energia sobrenatural, extrafísica, que ele não sabe explicar ainda por não ter atingido um determinado nível de iluminação em seu caminho marcial.

A origem de tais crenças e atitudes é difícil de ser rastreada, mas certamente são tão antigas quanto as Artes Marciais em si. Duas fontes para essas crenças nos parecem plausíveis, a saber, as histórias pessoais de figuras proeminentes no meio marcial e as “*filosofias*” de épocas distantes³. A primeira fonte faz muito sentido, quando pensamos no ditado popular “quem conta um conto aumenta um ponto”. Certamente, contos de grandes guerreiros realizando feitos impressionantes eram passados de geração para geração e tais figuras históricas sempre acabam se misturando com figuras míticas. Por conseguinte, (ou, talvez, por causa de) *seus feitos* também se misturam a *feitos míticos*. Alguns feitos são claramente fantasiosos e fáceis de desmascarar, visto que vão contra aquilo que hoje entendemos ser fisicamente possível. Entretanto, há aqueles que ficam em uma zona opaca, difícil de desmascarar. Se não sabemos como a natureza funciona, como o corpo humano funciona, estamos à mercê de explicações falsas. Ou pior, se temos crenças equivocadas sobre o funcionamento do corpo e da física, estamos à mercê das conclusões — provavelmente falsas — geradas a partir dessas crenças equivocadas. Aí reside o problema da segunda fonte.

A maior parte de nós, quando crianças, acreditávamos em magias e em superpoderes. Não há motivos para acreditar que com nossos antepassados fosse diferente. Some-se a isso o fato de que a maior parte deles, diferentemente de nós, não teve a sorte de ter uma educação minimamente elucidativa que os ensinasse quais são as leis da Física e como os organismos funcionam. Desse

3 Perceba que usamos o termo “filosofia”, entre aspas, em oposição a quando falávamos da disciplina Filosofia anteriormente no mesmo parágrafo. Entre aspas, “filosofia”, aqui deve ser entendido como visão de mundo de uma determinada época, podendo em alguns casos ser entendida até como ciência (em sentido vago, parco) da época.

modo, é compreensível que eles tivessem tais crenças e as propagassem. Não obstante, engana-se aquele que acredita que apenas crianças, pessoas ignorantes ou facilmente impressionáveis estão sujeitas aos efeitos dos vícios epistêmicos e têm crenças fantásticas no mundo das Artes Marciais. Atualmente, assim como há pessoas que mesmo depois de uma formação completa até os mais altos níveis acadêmicos ainda acreditem no poder do zodíaco e em curas quânticas, há também quem creia que “não é necessário usar da própria força para vencer um oponente se uma técnica de judô for aplicada corretamente”. É evidente que será necessário usar a sua força, em algum grau, para aplicar um desequilíbrio (*kuzushi*) em um oponente imóvel, tentando se defender ou mesmo atacando.

Embora nossas hipóteses sobre a origem de tais crenças fantásticas possam estar erradas e não tenhamos como saber exatamente como surgiram tais crenças, podemos propor explicações sobre como elas se mantêm através das gerações por meio de uma análise filosófica (e antropológica) das comunidades marciais. Como sugerimos anteriormente, a ideia de vícios epistêmicos pode ser iluminadora. Russell (2010) apresenta e discorre sobre alguns desses vícios epistêmicos nas Artes Marciais. São eles: tratar as Artes Marciais como uma igreja ou culto (um vício de *ingenuidade*, de excesso de credibilidade *à instituição*), não querer abrir mão do “conhecimento” adquirido até então (o *orgulho epistêmico*), tratar os mestres como detentores de conhecimento apodítico (*ingenuidade* como excesso de credibilidade *ao mestre*), deferir à história das Artes Marciais como método de aquisição de conhecimento certo e inquestionável (*ingenuidade* como excesso de credibilidade *à história*) e a atitude de excesso de confiança mesmo perante a falta de evidências para tal (*arrogância* ou *soberba* epistêmica)⁴.

Todos esses vícios podem ser vistos como pilares de uma *estrutura dogmática* que não é rara no mundo das Artes Marciais. Em verdade, algumas vezes, ela é essencial para algumas comunidades marciais, as quais sem tal estrutura não existiriam, pois os efeitos de suas técnicas não são efetivas em situações reais de combate e suas técnicas são baseadas em crenças falsas, como a existência de uma energia vital que pode ser manipulada a fim de fazer um oponente perder os sentidos ou até ir a óbito⁵. Mas há casos em que a falsidade

4 Russell não nomeia os vícios, mas apresenta descrições sobre eles. Entre parênteses são tentativas nossas de nomear os valores associados aos comportamentos. Note que a ingenuidade pode se dar de muitos modos. Para explicações sobre virtudes epistêmicas, ver Sosa (2013) ou Greco (2010).

5 Há uma infinidade de exemplos de supostas artes marciais desse tipo e o leitor pode procurar vídeos delas na internet pelas palavras-chave “*fake martial art*”, “*no touch martial art*” ou similares. Para uma visão geral e análises desmascaradoras dessas supostas Artes Marciais, sugerimos o canal de YouTube chamado *McDojo life*.

das crenças em questão ou a ineficácia das técnicas não são tão evidentes. Há também um terreno entre Artes Marciais falsas e Artes Marciais legítimas que é relativamente opaco e não há como decidir se determinada Arte Marcial – ou técnica de uma determinada Arte Marcial – é legítima ou não, considerando-se os fins marciais, por causa dessa estrutura dogmática⁶.

Parece ser ponto pacífico que essas Artes Marciais guardam técnicas que são legitimamente apropriadas aos fins marciais (em especial à cláusula básica do causar dano e do evitar sofrer dano)⁷. No caso do Kung-fu, há socos, chutes e golpes com — e contra — armas brancas, e no caso do Aikido há técnicas de projeção do adversário e torções articulares. Claro, pode-se imaginar que se pode discutir o *grau* de eficiência dessas técnicas, mas quanto a isso não há nada de misterioso, já que isso pode (e deve) ser feito em qualquer Arte Marcial e em relação a cada um dos seus praticantes. O ponto, porém, se torna menos pacífico quando consideramos certas declarações sobre técnicas que pressupõem certos poderes menos óbvios do que usar a força muscular, dominar ângulos de ataque e usar alavancas corporais. Esses poderes incomuns incluiriam, por exemplo, domínio de “energias” etc. Claro, o ponto aqui não é sobre a possibilidade da existência ou não de tais propriedades, mas sobre a conjunção de que elas existem *e* podem ser usadas marcialmente de modo efetivo, ou seja, de modo a permitir a satisfação do objetivo de causar dano ao adversário e de evitar danos a si.

A eficiência de um cruzado de direita pode ser avaliada em um combate ou em um treino, medindo-se o impacto gerado em uma máquina de medição em condições parecidas com as de combate. O grau de eficiência dos cruzados de direita de Muhammad Ali e de Mike Tyson pode ser medido e comparado. Contudo, há algo de estranho nas exibições de técnicas que sempre são realizadas sem oponentes ou com oponentes que não oferecem resistência. Isso naturalmente nos leva a questionar se tais técnicas são realmente efetivas em um contexto de combate real. Russell (*op. cit.*) afirma que por razões éticas não seria possível testar a efetividade de tais técnicas, o que pode ser uma consideração adequada para algumas técnicas, sobretudo técnicas típicas do Krav Maga que fazem uso de armas ou têm como alvo os olhos, genitais ou a traqueia, áreas em que o dano poderia ser irreversível. De qualquer modo, não é difícil *inferir* que uma dedada no olho é um modo efetivo de causar dano, ou que um golpe que quebra uma tábua pode danificar uma traqueia. No entanto,

6 Para uma discussão mais profunda sobre casos limites e sobre a classificação de artes marciais em geral, ver Martinkova & Parry (2016a; 2016b).

7 Cláusula presente na definição de “Arte Marcial” apresentada em Luz & Videira (2025).

muitas das técnicas “secretas” ou “avançadas” de algumas Artes Marciais não são técnicas que implicam danos irreversíveis a ponto de tornar-se antiética a sua aplicação (a não ser em casos raros de defesa da própria vida e na falta de outras alternativas) e é surpreendente que elas não sejam submetidas a testes ou que elas só sejam testadas de modo endógeno, isto é, entre os membros daquelas comunidades — o que reforça a ideia de que o vocabulário dos vícios intelectuais pode ser útil, nesse caso, para classificar tal comunidade marcial como *dogmática*.

Note que isso não é pouco importante e a relevância se torna mais saliente nos casos de defesa pessoal, em que a efetividade da aplicação do golpe é central. Suponha, por exemplo, que alguém ensine uma torção que exige um grau de força x para ser efetiva para alguém que não consegue gerar força até o grau x . Tal estudante aprendeu *que* o golpe é aplicado assim ou assado, mas ele não sabe *como* aplicar o golpe, já que ser capaz de gerar força no grau x é um componente indispensável à aplicação da técnica. Para fins do objetivo de ser capaz de se defender de um ataque usando tal torção como defesa, devemos reconhecer que o objetivo *não foi cumprido*. O *saber-que* não é suficiente nesses casos para dizer que se sabe determinada técnica e, por conseguinte, para aplicá-la. O aprendiz, então, *deve saber* que o objetivo não foi cumprido, até para poder avaliar outras opções, como tentar correr ou gritar⁸. Reconhecer apropriadamente as suas valências técnicas e físicas também faz parte da estratégia marcial.

Cabe-nos, então, perguntar *o que fazer com golpes que não são colocados sob teste*, perguntar pelas razões que levam certas comunidades marciais a não testarem suas técnicas e perguntar sobre como deveríamos classificar comunidades em que os praticantes da Arte Marcial não testam efetivamente suas técnicas, nem parecem ter o interesse em fazê-lo. A primeira pergunta se origina de questões epistêmicas, mas é uma questão ética. Se alguém afirma a eficiência marcial de algum golpe, essa pessoa tem o dever de se comprometer,

8 O *saber-que* é tipicamente entendido como sendo factual, ou seja, ele tem como conteúdo uma proposição. Podemos dizer, por exemplo, que “um faixa preta de judô deve saber que o nome do golpe que está sendo mostrado é o-soto-gari”. O *saber-como* é, alternativamente, aquele que é exibido na ação, como quando o faixa preta aplica de modo apropriado um o-soto-gari. O ponto relevante na discussão contemporânea é o de se podemos reduzir o *saber-como* a uma forma complexa de *saber-que* (a tese de fundo do *intelectualismo*). Algumas artes marciais acumulam alguma forma de tese contra o intelectualismo sobre o *know-how*. Um exemplo é a tese do *mushin* na tradição marcial japonesa. O estado de *mushin*, que pode ser traduzido como o estado de “mente vazia”, é aquele estado em que as reações se dão em um nível automático, porém treinado, maximizando a chance de resposta apropriada a alguma demanda física em combate. Para saber mais sobre o *mushin*, veja, por exemplo, HASHI, Hisaki. The Significance of “mushin”: The Essential Mind of Zen Buddhist Philosophy for Humans in a Contemporary World. *Asian Studies*, 4(1):97-112, 2016. DOI: 10.4312/as.2016.4.1.97-112. Para saber mais sobre o debate contemporâneo sobre o *know how*, veja, por exemplo, STANLEY, Jason. *Know How*. Oxford: Oxford University Press, USA, 2011.

de algum modo, com a possibilidade de teste desse golpe, dados os fins a que o golpe é proposto (ser eficiente para a vitória em dado esporte marcial, ser eficiente na defesa pessoal contra ataques de tal tipo de agressor *etc.*). Em outros termos, se alguém afirma que sabe que tal golpe é eficiente, deve ser capaz de justificar tal declaração, e tal justificação se dará pelo sucesso em algum teste apropriado. Se tal teste não for possível de ser realizado ou não houver um argumento sólido baseado em afirmações testáveis, a melhor coisa a se fazer é não afirmar isso com certeza.

A segunda pergunta nos remete à estrutura hierarquizada de muitas comunidades marciais. Nessa estrutura, há uma autoridade construída pela *manifestação da proficiência*; faixas coloridas, por exemplo, ajudam a desempenhar esse papel avisando sobre graus de proficiência na aplicação de técnicas. Isso é importante porque pode se tornar um facilitador da identificação de *expertise* e, portanto, da aplicação de deferência. A opinião dos faixas pretas, por exemplo, poupa o tempo dos novatos, indicando modos de tornar mais rápido o caminho até o grau mínimo de proficiência na aplicação de um golpe, em vez de testar diferentes aplicações de uma técnica até que a melhor seja encontrada. Por outro lado, essa estrutura hierarquizada também pode vir acompanhada de instruções de aceitação cega à fala dos *experts*, o que parece ser inapropriado, já que um faixa preta construiu sua *expertise*, muitas vezes, *entendendo a dinâmica de funcionamento do seu próprio corpo por meio de testes*. Ou seja, o seu conhecimento é, em parte, saber-como limitado ao *seu* exercício de uma técnica.

O problema dos *experts* mal avaliados, muitas vezes, aparecerá ligado à falta de disposição para testar a real eficiência prometida por uma dada técnica ou golpe. Como descrever o que está errado com comunidades marciais que carregam esses problemas? Um caminho promissor para tal exercício é o da identificação de *vícios epistêmicos* nessas comunidades. Isso é importante porque, como já indicado, é danoso manter e espalhar crenças não testadas (e potencialmente falsas), pois elas podem ter consequências práticas desastrosas, como um praticante que foi alvejado durante um assalto porque acreditou que poderia desarmar o assaltante com técnicas que aprendeu no dia anterior em sua academia ou o adolescente que acreditava poder usar seu *chi* para parar um trem⁹.

Um segundo problema relacionado é o da manutenção de uma estrutura de poder ilegítima. A estrutura é ilegítima do ponto de vista epistêmico, pois o

9 Anedota contida em Russell (2010, p. 131).

mestre não sabe mais que o aluno, visto que seu conhecimento é baseado em uma crença falsa, violando a tese muito razoável de que saber implica crença verdadeira que seja justificada¹⁰; do ponto de vista econômico, porque os alunos estão pagando por algo que não estão recebendo, a saber, conhecimento sobre como se defender; e do ponto de vista ético, porque além de esse mestre estar enganando a si mesmo — nos casos em que ele realmente acredita na arte que pratica — e a terceiros, ele cria uma hierarquia de respeito e obediência não merecida (ou, pelo menos, de um grau maior que o merecido) dos alunos para com o mestre. Sendo assim, podemos responder à pergunta feita anteriormente sobre como deveríamos classificar tal comunidade marcial com a seguinte resposta: como uma seita.

Esses problemas parecem nos empurrar para a conclusão de que há uma obrigação intelectual e moral na garantia da testabilidade das afirmações feitas no contexto das Artes Marciais. Visto que a estrutura de poder ilegítima repousa sobre a estrutura dogmática citada anteriormente e que os pilares dessa funcionam, por conseguinte, como pilares daquela, podemos derrubar os dois níveis de tal edifício perverso, derrubando os vícios epistêmicos que funcionam como fundações de ambas as estruturas. Para tanto, é preciso que os praticantes de Artes Marciais cultivem não uma *postura dogmática*, e sim uma postura filosófica, isto é, uma postura de questionamento e menos carregada de vícios intelectuais o quanto possível for.

A Filosofia da Ciência pode nos sugerir um protocolo que ajude a detectar crenças sem base evidencial apropriada. O grande comunicador de ciência — e de Filosofia, por tabela —, Carl Sagan, em seu “O Mundo Assombrado pelos Demônios”, sugere um *kit de detecção de baboseiras*¹¹ que sumariza alguns pontos importantes para tal protocolo, tais como: sempre que possível, procurar sustentar empiricamente e independentemente as crenças em questão; colocar pouco peso em argumentos de autoridade, entre outros. As propostas de ensino de virtudes intelectuais por meio de um *kit* desses, por sua vez, poderiam permitir que professores identifiquem vícios e favoreçam o desenvolvimento de virtudes. Por exemplo, seria louvável, depois do ensino da chave de braço sem pés cruzados, mostrar cenários em que os pés foram cruzados de modo vantajoso, e isso funcionaria como uma lição contra o vício da aceitação cega à opinião da autoridade.

10 Para uma posição contrária à razoabilidade dessa tese, veja o clássico artigo de Gettier (1963).

11 No original, “*Baloney detection kit*”, e na tradução, “kit de detecção de mentiras”. “Baboseira” ou “groselha” parece mais apropriado para traduzir *baloney* neste contexto, entretanto.

Em consonância com o *kit* de Carl Sagan, temos a teoria do falsificacionismo proposta por Karl Popper (1980). Ele propôs — grosseiramente falando — que a divisão entre enunciados científicos e pseudocientíficos poderia ser traçada pelo seguinte critério: caso existam condições realizáveis para um experimento que possam falsear um enunciado proposto (uma hipótese), esse enunciado pode ser considerado um enunciado científico. Caso não existam essas condições, o enunciado deverá ser considerado pseudocientífico. O falsificacionismo não é o carro chefe da Filosofia da Ciência hoje em dia, porém ainda é ensinado como parte importante dessa disciplina, sobretudo em cursos de Ciências como Biologia, Medicina, entre outros que não o de Filosofia, pois, apesar de não funcionar como traço bem riscado e bem definido para a separação entre Ciências e não Ciências, ele pode ser usado como uma boa regra de ouro, ou seja, uma regra que pode nos auxiliar, pelo menos, a fazer uma separação razoável entre casos de enunciados sérios e baboseiras.

Tendo isso em mente, seria útil também para o artista marcial adotar um critério de falseabilidade para a análise de enunciados sobre as Artes Marciais, sobretudo acerca dos enunciados sobre técnicas e suas efetividades. Por exemplo, caso um artista marcial afirme que “aplicar pressão com os dedos em determinados pontos na região do trapézio tem mais poder de nocaute que um soco cruzado na têmpora”, depois de esclarecimentos sobre os termos envolvidos (pois “poder de nocaute”, por exemplo, pode ser um termo vago), podemos concluir que é um enunciado científico (no sentido popperiano), pois ele apresenta condições relativamente simples de falseamento e podemos descobrir se é um enunciado falso ou não e em quais condições ele é. Portanto, ele pode ser considerado um enunciado sério sobre Artes Marciais.

Podemos ir mais longe e de fato fazer testes com um determinado número de lutadores que sejam proficientes na técnica dos dedos e a apliquem um número razoavelmente grande de vezes (digamos, 80 vezes), em diferentes contextos (a partir de diferentes posições) e, então, poderemos ter informações para comparar com um número equivalente de socos na têmpora em diferentes contextos e comparar suas efetividades. Caso os testes comprovem que a afirmação é verdadeira, em outras palavras, caso a pressão no trapézio seja mais efetiva do que os socos na têmpora, podemos (e devemos) inserir tal técnica em nosso arsenal marcial, visto que ela se mostrou efetiva e tal adição seria baseada em um conhecimento¹². Afinal, aquela afirmação então passa a ser um conhecimento e não mais uma mera opinião ou uma crença falsa.

12 Mas devemos nos lembrar que o conhecimento, para Popper, é sempre provisório. Essa afirmação pode se mostrar falsa em um futuro em que, por exemplo, descubram que é possível exercer uma pressão muito

Por outro lado, caso os testes revelem que a afirmação é falsa, ela pode ser seguramente considerada parte do conjunto de ideias erradas que temos sobre Artes Marciais, e nenhuma estratégia de combate deveria ser baseada em tal afirmação — embora ela seja uma afirmação científica, pois pode ser testada com critérios claros para seu falseamento.

Não obstante, é possível que a técnica sobre a qual se faz uma afirmação seja muito perigosa para ser testada em treino. Nesse caso, devemos tentar organizar um experimento que permita o teste sem implicar riscos para alguém. Por exemplo, ao falar de técnicas contra um adversário na posse de uma faca, podemos usar uma faca de borracha, sem fio e com tinta no lugar do fio, para que possamos testar se há contato do fio com alguma parte do corpo do aplicador da técnica. Além disso, a técnica deve ser testada contra um oponente que fará o melhor possível dentro de duas capacidades para acertar o alvo com a faca. No entanto, se nem isso for possível, devemos simplesmente encerrar a discussão, pois nenhuma conclusão frutífera sairá de tal discussão, podendo ainda resultar em uma falsidade tomada como verdade. E se, ainda assim, depois da constatação de que ela não pode ser testada, o proponente da hipótese continuar defendendo que ela é verdadeira; ou pior, se ela pode ser testada, mas o proponente da afirmação de que ela é eficaz ou mais eficaz que outra técnica não se dispõe a testá-la nem permite que outros o façam; ou pior ainda, seus proponentes desacreditam aqueles que a colocam à prova dizendo que a técnica não está sendo realizada de maneira correta ou que não é possível realizá-la em um experimento controlado; temos boas razões para tratar o enunciado sobre a efetividade de tal técnica como mera baboseira marcial, pois está claro que seu proponente não tem como objetivo descobrir ou demonstrar a verdade sobre tal técnica, mas tem algum outro objetivo menos nobre.

Vale, aqui, reforçar o ponto. O praticante de Artes Marciais deve ter em mente que é razoável que o proponente da hipótese deva estar disposto a testá-la. Se não o fizer ele mesmo, deve permitir que os interlocutores o façam (no caso de o enunciado não ser sobre a aplicação da técnica feita por ele, mas sobre a técnica em si), auxiliando-os para a correta aplicação da técnica a fim de testar se sua afirmação é verdadeira. Caso contrário, a hipótese sobre a eficiência deve ser mantida sob dúvida — e a dúvida, aqui, faz as vezes da falseação da hipótese.

Reforçar um mecanismo de falseação serve para pelo menos dois fins. Primeiro, como vimos, o mecanismo traça uma linha que reforça a prudência

em relação à própria marcialidade das práticas. É importante, dadas as consequências práticas, que um agente saiba que seu soco é capaz de nocautear um adversário de 60 kg, mas não um de 120 kg. Ser capaz de avaliar as próprias habilidades, seus efeitos e a sua capacidade de aplicá-las em diferentes contextos é indispensável, se há alguma pretensão efetivamente marcial naquele tipo de aprendizado. Segundo, esse tipo de critério ajuda a manter um certo tipo de criticidade em relação a si mesmo e aos outros (mestres inclusos), um que ajuda a combater o dogmatismo e seus riscos.

A despeito da necessidade de mais espaço para o desenvolvimento de muitas questões indicadas aqui, vamos assumir que temos o suficiente para sugerir um ponto: o de que a Epistemologia, como parte da Filosofia, guarda vocabulário e teorias que podem ajudar a melhor entender, avaliar e oferecer estratégias para a modificação de certas crenças e atitudes indesejáveis nas comunidades marciais. Mas podemos ir um pouco mais além e afirmar que as comunidades marciais apresentam cenários interessantes para o teste e a aplicação de diversos conceitos e teorias epistemológicas, por exemplo, instâncias de vícios e virtudes epistêmicos, as estruturas de conhecimento e as teorias de Epistemologia Social¹³ que se fundamentam nelas, entre outros que vimos aqui. Em suma, tanto a Filosofia quanto as Artes Marciais se beneficiam da criação de contatos entre essas atividades e suas instituições.

Estética e Artes Marciais

Estética, *grosso modo*, é a área da Filosofia que lida com questões relacionadas a estados cognitivos ou emocionais gerados pela percepção, mais precisamente aqueles que nos levam a atribuir predicados como “belo”, “sublime”, “engraçado”, “triste” a objetos, situações, eventos etc. Esses

13 “Epistemologia Social” é uma expressão que pode ser entendida aqui de duas maneiras: primeiro, como a subárea da Epistemologia em que aspectos da relação com os outros são relevantes; nesse sentido, a Epistemologia do Testemunho é uma subárea da Epistemologia Social, diferentemente da Epistemologia da Percepção. Num segundo sentido, “Epistemologia Social” remete para uma contraposição metateórica à “Epistemologia Tradicional”, como uma crítica à ideia de que o trabalho epistemológico pode ser feito sempre a partir de premissas individualistas. Nesse segundo sentido, mesmo áreas como a Epistemologia da Percepção deveriam responder a perguntas prévias acerca de como o fato de sermos seres altamente sociais impacta na percepção. A Filosofia das Artes Marciais pode dialogar com a Epistemologia Social, em qualquer um dos dois sentidos, oferecendo casos ricos sobre o caráter de partilhamento social do aprendizado de Artes Marciais. A despeito da aparente individualidade das práticas marciais, aspectos de gênero, raça e sexo permeiam as comunidades marciais. Adicionalmente, as técnicas marciais são aprendidas e aprimoradas, muito tipicamente, na relação com outros praticantes, seja como adversários nos treinos, seja como oponentes em competições ou confrontos em situações de defesa pessoal. Além disso, noções corriqueiramente presentes nas comunidades marciais, como a de “hierarquia”, podem oferecer casos interessantes sobre o modo como a transmissão de saber se dá nas relações de testemunho.

predicados servem para atribuir certos valores que chamamos de valores estéticos, que são diferentes daqueles valores éticos expressos por predicados como “bom”, “justo”, “digno” etc., embora se relacionem de alguma maneira. A Estética também lida com questões sobre a produção de objetos ou eventos que geram as experiências que serão qualificadas por esses predicados estéticos. Tanto os atos de produção quanto os resultados desses atos são costumeiramente chamados de “arte”. Sendo assim, uma das funções da Estética é tratar de questões sobre arte, desde sua definição quanto sua classificação e sua avaliação.

Não é o caso de que “arte” em “Artes Marciais” remete diretamente a esse tipo de universo estético. De qualquer modo, é o caso de que componentes estéticos aparecem nas práticas e no vocabulário associado à prática e à apreciação das Artes Marciais. Preocupações com vestuário marcial constituem um espaço em que se supõe frequentemente que a beleza ou algum outro adjetivo tipicamente estético aparece. Além disso, por vezes, um movimento marcial, como um soco, um chute ou uma queda, é adjetivado como “belo”, “maravilhoso” ou termo semelhante.

Assim, a pergunta sobre o papel dos componentes estéticos nas Artes Marciais é alimentada tanto por preocupações mais internas a algumas das práticas quanto devido ao uso do vocabulário estético para a descrição de elementos marciais. Uma investigação acerca dos aspectos estéticos das Artes Marciais pode começar, vamos sugerir, por uma própria investigação acerca da natureza desse tipo específico de apreciação. Uma pergunta nevrálgica que deveria ser sempre levantada no contexto de qualquer investigação Estética é: “De onde vem (ou onde está) a beleza, a apreciação estética em XYZ?”, mais precisamente, nesse contexto, “onde está a beleza em tal Arte Marcial (ou em tal e tal golpe)?”. Uma sugestão de caminho para uma resposta para essa pergunta vem de um debate similar na Arquitetura, uma forma de arte que não costuma produzir obras de arte apenas para pura contemplação, isto é, suas obras não são apenas meios de se atingir sensações ou prazeres estéticos, mas são meios para outras finalidades também. O debate em questão é aquele entre *formalismo* e *funcionalismo*. Grosseiramente falando, é o debate sobre o que é mais relevante para uma obra arquitetônica (em oposição a uma mera edificação e assumindo que *beleza* é um conceito caro à arquitetura), a forma — texturas, cores, formas etc. — ou o modo como a finalidade da obra será cumprida?

O formalismo implica uma espécie de *convencionalismo*, ou seja, a ideia de que há uma (ou algumas) forma correta da técnica a ser aplicada. O que certamente gerará desacordo entre os praticantes de diferentes escolas de Artes Marciais. Sendo assim, o golpe que pode parecer feio para um pode não parecer para outro, o que nos levaria a um relativismo estético com relação à forma.

Algo que em si não é reprovável, mas nos leva à pergunta: por que não podemos adotar um relativismo mais amplo, então? Pode ser que alguns vejam beleza na forma e outros no cumprimento da função. Pode ser. Mas essa resposta não é muito elucidativa e devemos deixá-la para o último caso e continuar nossa procura em outros caminhos primeiro.

O funcionalismo, por sua vez, mistura o bom e o belo — algo muito comum na história da Filosofia, pelo menos, desde Platão (201c-d)¹⁴, que propôs pelas falas de Sócrates que tudo que é bom também é belo. Aristóteles (*EN*, I, 12, 1101b) defende a ideia de que o cumprimento de uma função com eficácia — de maneira virtuosa —, fazendo o cumpridor de tal função ter consigo atrelado o predicado bom (naquela função), deve ter também atrelado o predicado belo, ou seja, ser compreendido como algo provido de beleza e digno de elogio. Não obstante, o funcionalismo não parece ser por si só suficiente. Imagine que um lutador de MMA ao se abaixar com velocidade para desviar de um soco acaba acertando a cabeça no joelho do outro que caminhava para frente e vem a nocaute acidentalmente. Pode ser engraçado, ou impressionante, ou qualquer outra qualidade estética, mas não nos parece apropriado dizer que é belo e digno de elogio. Desse modo, parece que o funcionalismo também envolve uma certa forma.

Uma resposta possível seria dizer que ambas as respostas parecem deixar de fora um componente contextual envolvido, de modo que um golpe vai ser mais bonito que outro, ora pela sua forma, ora pelo cumprimento de sua função. Um chute rodado geralmente é considerado mais bonito que um chute simples, a não ser quando o segundo resulta em um nocaute e o primeiro não, por exemplo. Sendo assim, a resposta certa não parece estar contemplada por nenhuma das alternativas consideradas puramente e uma alternativa híbrida é requerida — ou o relativismo.

Ainda sobre a forma, há um debate interessante que se pode levantar, no que concerne aos *kata*. Forma, como causa formal, pensada no vocabulário aristotélico, no contexto de uma teoria do hilemorfismo, pode ser compreendida de dois modos, a saber, como um conjunto de propriedades relacionais extrínsecas entre o atacante e o oponente (um soco é quando um indivíduo conecta um punho cerrado ao corpo do adversário), ou um conjunto de propriedades intrínsecas (um soco é quando um indivíduo direciona com determinada velocidade para

14 Ver a apresentação de Irley Franco e Jaa Torrano para uma explicação de como o bom e o belo se relacionam na discussão sobre o que é o amor (*Eros*).

frente de seu corpo um punho cerrado etc.)¹⁵. Note que na primeira opção forma e função (nos sentidos do debate exposto anteriormente) se misturam, na segunda não. Se adotarmos a segunda interpretação, abre-se uma nova linha de entendimento para respostas às perguntas sobre o que é a Arte Marcial e onde reside a beleza nela. Assim, podemos assumir a prática dos *kata* como parte da resposta à pergunta “o que é (ou em que consiste) uma Arte Marcial?” e encontrar neles respostas para as perguntas sobre a beleza nas Artes Marciais.

Kata é um conjunto de técnicas ofensivas e defensivas realizadas contra o ar ou contra um adversário colaborador (*i.e.*, que reage apenas para facilitar a execução da técnica) em uma determinada ordem e seguindo determinados critérios de posicionamento dos membros do praticante durante a execução. *Kata* deve ser traduzido para o português como “forma”. Sendo assim, consoante um determinado sentido de “forma”, o *kata* pode ser entendido como aquilo que apresenta a essência — ou parte da essência — da Arte Marcial da qual faz parte e, portanto, o objetivo do *kata* é realizar tais movimentos de maneira perfeita, ou seja, da melhor maneira, no que concerne a sua execução e, por conseguinte, da forma — supostamente — mais bela.

A partir de tal perspectiva, Schrenk (2014) argumenta que é possível entender a Arte Marcial (ou pelo menos um aspecto dela) em seus aspectos estéticos, ignorando — mas obviamente não descartando — todas as outras finalidades (*e.g.*, neutralizar seu adversário), como uma obra de arte performativa e proprioceptiva. Ou seja, podemos apreciar a beleza da Arte Marcial de uma maneira singular, na qual outras formas de arte não são possíveis de serem apreciadas, com exceção da dança, visto que somos parte da matéria em que ela se realiza ao mesmo tempo que o público para que ela é realizada.

Dada uma definição genérica baseada no hilemorfismo, podemos concluir que uma obra de arte tem uma matéria (uma tela, uma quantidade de tinta, um filme, um conjunto de instrumentos musicais, um conjunto de pessoas que irá performar um espetáculo etc.) na qual uma determinada forma será imposta (traços e curvas serão feitos com a tinta na tela, uma sequência de movimentos de atores em seus corpos, ou de notas musicais materializadas pelos instrumentos), resultando em uma entidade que será percebida por um público por meio dos sentidos (tato, visão, audição etc.), gerando uma resposta cognitiva e emocional¹⁶. Nos casos em questão, (algumas) danças e *kata*, as

15 Para uma discussão sobre o entendimento apropriado de forma (causa formal) em Aristóteles, ver Angioni (2011), sobretudo a nota de rodapé 16.

16 Não é claro qual a concatenação entre o elemento cognitivo e o emocional. Pode ser que o efeito emocional advenha da atividade intelectual proporcionada pela sensação da obra ou pode ser que ambas as coisas sejam concomitantes.

seqüências de movimentos são realizadas (impostas) por (em) um corpo, percebidas por esse mesmo corpo por meio dos sentidos de propriocepção e, em uma medida menor, exterocepção, gerando, pelo menos, efeitos emocionais.

O leitor pode estar confuso agora com os termos usados para descrever os sentidos pelos quais essas formas de arte são percebidas; sendo assim, aqui segue uma breve explicação. Os sentidos não são divididos em cinco (tato, paladar, olfato, audição e visão) da maneira clássica que se aprende na pré-escola, mas de maneira mais complexa com o envolvimento de mais órgãos do que aqueles que se presume comumente na construção de nossa representação do mundo. A propriocepção e exterocepção são nossos sentidos que dão conta da percepção corporal, no que concerne às posições de nossos membros — mais especificamente posições de nossos músculos e tendões — e as posições de nossos corpos em relação ao ambiente, respectivamente. Juntos com a interocepção, que seria o sentido que dá conta de nossas percepções viscerais, eles formam um grupo de sentidos do nosso sistema sensorial com que não temos muita familiaridade em nossa formação não especializada. Tais sentidos são possíveis graças à concatenação das informações advindas dos órgãos comumente associados a outros sentidos, por exemplo, pode-se saber que se está de cabeça para baixo ao sentir uma pressão na cabeça que é sentida no tato da face e no ouvido, mas são considerados sentidos próprios. Mudanças nas percepções ocasionadas por esses sentidos também geram respostas emocionais, por exemplo, ao perceber que foi bruscamente virado de cabeça para baixo, um sujeito pode se assustar. Dessa forma, esses sentidos estão sujeitos também à possibilidade de serem meios de apreciação da arte.

Voltando ao debate principal. Claro, há vezes em que o *kata* é realizado para fins demonstrativos, por exemplo, em um exame de graduação, assim como a dança, muitas vezes, é performada como uma apresentação, mas há situações em que o *kata* pode ser performado apenas para o treinamento, ou para que o praticante entre em um estado mental de concentração tal qual uma prática meditativa, ou pela mera sensação de bem-estar causada pela realização de tais movimentos, assim como a dança. É dos últimos casos que Schrenk está falando. Esses estados mentais de bem-estar e análogos à meditação podem ser compreendidos como estados em que emoções foram geradas (ou cessadas) por meio dos sentidos de propriocepção e exterocepção, por meio da realização dos movimentos do *kata* pelo corpo do praticante, cabendo assim, de uma maneira bem particular, em nossa definição simplista de arte¹⁷. Em outras palavras, é

17 Para uma definição diferente de arte, mas compatível com esta análise, ver Noë (2015).

uma arte em que a percepção de beleza não é mediada por uma relação entre os sentidos e um objeto (a obra) que foi feito em outro instante temporal, mas que é *sentida* ou *percebida* imediatamente pelo artista e pelo público — que são o mesmo indivíduo.

Portanto, algumas Artes Marciais (ou algumas partes delas), tal como a dança, podem ser entendidas como obras de arte distintas da maior parte das obras de arte típicas. São obras em que a apreciação delas é de difícil acesso, restringindo seus beneficiários a um número bem diminuto de indivíduos que conseguem realizar seus movimentos com a acuidade requerida, ou seja, o número de praticantes proficientes dos *kata*.

Vejamos brevemente algumas possíveis objeções a essa proposta. Primeiramente, alguém poderia objetar que qualquer outra obra de arte que se materializa com os humanos, como uma peça de teatro, uma apresentação de coral ou uma luta de MMA (se estendermos o escopo de arte para os esportes), é passível de propriocepção e gera emoções naqueles autores que as realizam e, portanto, também são obras de arte proprioceptivas. Certamente é verdade que tais artistas experienciam aquela obra de um ponto de vista privilegiado¹⁸, no entanto eles as realizam visando gerar emoções em terceiros. O público-alvo não é o próprio artista nesses casos, mas terceiros, o que não é o caso no *kata* individual. Logo, há uma diferença que pode ser usada como relevante para a classificação distinta de tal Arte, a saber, o público-alvo. O que nos leva a concluir que, mesmo se adotarmos uma visão formalista sobre arte e sobre beleza, não é possível descartar completamente as questões de finalidade. Em pelo menos um aspecto, a finalidade (entreter o público) importa para a classificação da obra e para responder à pergunta sobre onde reside a beleza da obra.

Nada nos impede também de dizer que há diferentes níveis de apreciação estética e que a beleza pode residir em diferentes lugares na obra ou que diferentes belezas podem ser percebidas. No caso de uma disputa (uma luta de MMA, por exemplo), supostamente há propriedades estéticas extrínsecas que necessariamente dependem de uma interação entre os lutadores (um belo contragolpe ou uma bela esquiva dependem de um golpe, por exemplo), ao passo que nos *kata* individuais a beleza supostamente provém puramente das formas (dos movimentos realizados); sendo assim, as propriedades estéticas seriam intrínsecas à obra. No entanto, esse é um debate que vai longe e não

18 Noë propõe uma definição *enativista* de arte que está de acordo com esta crítica e que expande o valor estético proprioceptivo para todas as obras de arte ao entendê-las também como processos.

teremos espaço para nos dedicarmos ainda mais sobre ele aqui. Nossa intenção é apenas apresentar possíveis rotas argumentativas para o leitor.

Por fim, algo que deve estar na mente do leitor desde alguns parágrafos é a proximidade dos *kata* com a dança. Se o leitor adotar uma das últimas visões expostas, em ambos os casos a beleza reside puramente na forma, diferentemente do que acontece em uma luta. Sendo assim, por que considerarmos os *kata* uma atividade marcial e não uma dança? Talvez uma dança que faça parte do treinamento marcial, por que não? Abdominais e polichinelos fazem parte do treinamento do artista marcial, mas não são partes das Artes Marciais. Por que, então, a “dança do *kata*” não pode ser *parte da preparação para* a Arte Marcial e ao mesmo tempo não ser *parte da* Arte Marcial em si?

Se assim fosse, os movimentos realizados no *kata* deveriam ser vistos não como golpes, posto que não há alvo, mas como passos de dança que seriam usados no treinamento marcial; algo que não seria estranho aos artistas marciais, uma vez que o trabalho de movimentação e pés na esgrima e no boxe por vezes é chamado de dança. Ao classificarmos os *kata* como uma dança, estaríamos simplificando nossa taxonomia conceitual, pois estaríamos agrupando todas as artes proprioceptivas na categoria Dança, o que parece desejável do ponto de vista das boas práticas filosóficas e científicas. Por outro lado, no entanto, isso parece inútil, na medida em que não podemos reduzir todas as danças a essa visão formalista, pois há danças de improvisação que dependem de respostas entre os parceiros. Além disso, parece que há Danças com movimentos baseados em movimentos de Artes Marciais, mas que não são coisas da mesma categoria que os *kata* (por exemplo, *Fit-Boxe*, *Body Combat* etc.). Destarte, uma outra categoria seria requerida para diferenciar essas práticas. De qualquer modo, há aqui um debate possível e interessante acerca da classificação dos *kata* como partes das Artes Marciais ou da Dança¹⁹.

Considerações finais

O presente ensaio procurou oferecer uma articulação entre as Artes Marciais e duas áreas da Filosofia que geralmente não são associadas a elas. Por um lado, procuramos mostrar que a investigação filosófica pode encontrar nas Artes Marciais um território de desafios “encarnados” para suas questões. Vimos como a relação entre saber-que e saber-fazer-como se dá nesse contexto, da mesma forma como as estruturas epistêmicas podem ser no mesmo contexto

19 Martinková e Parry (2016b) sugerem uma classificação parecida para o *kata*.

e como a Epistemologia das Virtudes Intelectuais encontra casos concretos e interessantes de vícios e virtudes intelectuais nas comunidades marciais, o que fornece um exemplo interessante para a Epistemologia Social; por fim, também vimos como o falsificacionismo pode funcionar junto com as virtudes intelectuais como uma regra diretriz para o melhoramento das Artes Marciais. No que concerne à Estética, mostramos como é difícil de se demonstrar onde reside a beleza em tal arte, isto é, na forma, na funcionalidade ou em outro lugar. No caminho, tocamos na dificuldade de como classificar os *kata* e no curioso fato de que eles parecem exemplificar um tipo raro de Arte, a saber, as Artes Proprioceptivas. Por outro lado, esperamos ter demonstrado como essas questões podem ser mais bem entendidas e enfrentadas pelos artistas marciais com o apoio dos subsídios oferecidos pela tradição filosófica, tornando as atividades de uma comunidade marcial mais interessantes.

Disponibilidade de dados:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Ausência de conflito de interesses:

O autor declara que não há conflito de interesses.

Editor responsável:

Mauro Luiz Engelmann

Referências

- ARISTÓTELES. “Ética a Nicômaco”. Tradução de Leonel Vallandro Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ANGIONI, L. “As quatro causas na filosofia da natureza de Aristóteles”. *Anais de Filosofia Clássica*, 5, 10, 2011, pp. 1-19.
- BIRCH, J. E. “Skills – do we really know what kind of knowledge they are?”. *Sports, Ethics and Philosophy*, 10, 3, 2016, pp. 237-250.
- CASSAM, Q. “Epistemic Insouciance”. *Journal of Philosophical Research*, 43, 2018, pp. 1-20.
- GETTIER, E. “Is Justified True Belief Knowledge?”. *Analysis*, 23, 6, 1963, pp.121-3.
- GRECO, J. “Achieving Knowledge: A Virtue-Theoretic Account of Epistemic Normativity”. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- HASHI, H. “The Significance of “mushin”: The Essential Mind of Zen Buddhist Philosophy for Humans in a Contemporary World”. *Asian Studies*, 4, 1, 2016, pp. 97-112.
- LUZ, A. M.; VIDEIRA, L. S. Filosofia e/das artes marciais. MARTINS, C.; LUZ, A. M. On Fight/Da Luta. Lisboa: AFDLP, 2025, pp. 57-97.
- MARTÍNKOVÁ, I.; PARRY, J. “Martial Categories: Clarification and Classification”. *Journal of the Philosophy of Sport*, 43, 1, 2016a, pp. 143-162.
- _____. “The Paradox of Martial Arts – safe combat”. *Journal of Martial Arts Anthropology*, 16, 4, 2016b, pp. 4-10.
- NOË, A. “Strange Tools: Art and Human Nature”. New York: Hill and Wang, 2015.
- PLATÃO. “O Banquete”. Tradução, apresentação e notas de Irley F. Franco e Jaa Torrano a partir do texto estabelecido e anotado por John Burnet. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2021.
- POPPER, K. R. “Conjecturas e refutações”. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- PRIEST, G.; Young, D. (eds.). “Martial Arts and Philosophy”. Chicago and La Salle: Open Court, 2010
- RUSSELL, G. “Epistemic Viciousness in the Martial Arts”. In: G. PRIEST, D. YOUNG (eds.), 2010. pp. 129-144.
- SAGAN, C., DRUYAN, A. “O Mundo Assombrado pelos Demônios: A Ciência Vista como Uma Vela no Escuro”. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHRENK, M. “Is Proprioceptive Art Possible?”. In: G. PRIEST, D. YOUNG (eds.), 2014. pp. 133-154.
- SOSA, E. “Epistemologia da virtude: crença apta e conhecimento reflexivo”, Vol. I. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- STANLEY, J. “Know How”. Oxford: Oxford University Press, 2011.